

SÚMULA DO PARECER TÉCNICO nº. 324/16/IE

PROCESSO: 166/2015
INTERESSADO: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP
ASSUNTO: Licença Ambiental Prévia para as Obras de Aproveitamento da Bacia do Rio Itapanhaú para Abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo - RMSP
MUNICÍPIO: Biritiba-Mirim

1. INTRODUÇÃO

Trata-se da súmula do Parecer Técnico 324/16/IE, para subsidiar o licenciamento ambiental prévio das Obras de Aproveitamento da Bacia do Rio Itapanhaú para Abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo - RMSP, sob responsabilidade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP.

O empreendimento tem como objetivo recuperar o estoque e ampliar a segurança hídrica do Sistema Produtor Alto Tietê, garantindo o abastecimento público da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), mediante aproveitamento da bacia do rio Itapanhaú para reversão para a bacia do Alto Tietê.

2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

As Obras de Aproveitamento da Bacia do Rio Itapanhaú permitirão a reversão de uma vazão média anual de 2,0 m³/s e vazão máxima de 2,5 m³/s para o reservatório de Biritiba-Mirim, a partir da implantação de um conjunto de instalações:

- barragem de nível em rachão, com 1,0 m de altura no rio Sertãozinho, sem formação de reservatório;
- estruturas da captação: canal com 55,0 m de extensão; estação elevatória; pátio de geradores;
- subestação de energia e linha de transmissão de 34,5 kV e 27,0 km de extensão;
- adutora aérea com 1.200 mm de diâmetro a ser implantada no leito de estradas existentes, operando por recalque em 6,8 km, e por gravidade em 1,8 km; caixa de transição;
- estrutura de dissipação de energia em área de remanso no reservatório Biritiba Mirim.

É prevista a operação do empreendimento para a recuperação dos níveis dos reservatórios do SPAT, não sendo prevista a operação contínua do bombeamento. Durante a operação será garantida a manutenção de uma vazão média mensal para jusante não inferior a 1,0 m³/s. Assim, a regra operativa proposta prevê:

1. Bombear, na média mensal, a parcela da vazão afluente à seção da captação que exceder 1,00 m³/s, limitada à capacidade do sistema de bombeamento de 2,50 m³/s;

2. Manter sempre a vazão média mensal para jusante de, no mínimo, 1,00 m³/s;
3. Adicionalmente a essa vazão mínima, deixar escoar para jusante a parcela da vazão afluente à seção da captação que exceder $2,50 + 1,00 = 3,50$ m³/s;
4. Limitar o bombeamento a uma vazão média anual equivalente a 2,00 m³/s, conforme estabelecido na Outorga de Implantação, emitida pelo DAEE.

Estima-se um contingente de mão de obra de 130 trabalhadores em média, com previsão de até 300 homens em pico de obras. O custo total de implantação do empreendimento foi orçado em aproximadamente R\$160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais).

3. COMPATIBILIDADE LEGAL

Em atendimento aos artigos 5º e 10 da Resolução CONAMA nº 237/97, foi apresentada a Certidão de Uso e Ocupação do Solo, emitida pela Prefeitura Biritiba-Mirim, que informa não possuir Lei de Diretriz de Uso e Ocupação do Solo e se manifesta favoravelmente ao empreendimento.

O empreendimento em questão se trata de obras de abastecimento público de água em período de criticidade hídrica e, portanto, se enquadra nas diretrizes da Deliberação Normativa CONSEMA 01/2015, que dispõe sobre os prazos dos procedimentos para o Licenciamento Ambiental com Avaliação de Impacto Ambiental no âmbito do Sistema Ambiental Paulista.

4. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

FASE DE PLANEJAMENTO

Geração de expectativas - as expectativas da população estão relacionadas principalmente com a questão da localização do empreendimento em área de alta sensibilidade ambiental, eventuais interferências na disponibilidade hídrica e ecossistemas costeiros. Para mitigar esse impacto, foi proposto o Subprograma de Interfaces Institucionais no âmbito do Programa de Interação Institucional. Foi solicitada a implementação de um Programa de Comunicação Social voltado à divulgação de informações e esclarecimentos à população.

FASE DE IMPLANTAÇÃO

Intensificação/Desencadeamento de Processos de Dinâmica Superficial - durante a implantação, processos erosivos e de instabilização de encostas poderão ser induzidos ou acelerados por ações como terraplenagem; supressão de vegetação; reabilitação de antigas estradas; preparação da faixa de trabalho com cortes de taludes; implantação da estrutura de deságue. Foi proposta a implementação de um Subprograma de Controle de Erosão, Assoreamento e Estabilidade de Taludes no âmbito do Programa de Controle Ambiental da Construção – PCA. Foi solicitado o detalhamento do Subprograma incluindo medidas mitigadoras adicionais, adoção de técnicas construtivas especiais em função das condições geotécnicas.

Impactos gerados nos canteiros de obras e frentes de trabalho - A área do canteiro de obras abrigará diferentes instalações, não sendo previstas edificações no local, nem refeitórios, vestiários e banheiros convencionais. Foram propostos, no âmbito do PCA os Subprograma de Gerenciamento de Resíduos e de Controle de Poluição em Áreas de Apoio e Frentes de Trabalho, o Plano de Gerenciamento de Riscos, o Plano de Ação de Emergências, e o Subprograma de Treinamento Ambiental e Código de Conduta dos Colaboradores. Para a próxima etapa do licenciamento ambiental foi solicitada a indicação da localização das áreas de apoio e do canteiro de obras e respectivos alvarás municipais.

Interferências em cobertura vegetal nativa e intervenção em área de preservação permanente (APP) - Para a implantação do empreendimento, estima-se que será necessária a supressão de vegetação de 15,10 ha de vegetação nativa, incluindo áreas de várzea e fragmentos de Floresta Ombrófila Densa nos estágios pioneiro, inicial, médio e avançado de regeneração e a intervenção em 5,94 ha de APP. Para minimizar as interferências com vegetação nativa, é prevista a implantação de adutora aérea no leito de estradas existentes. Foram propostos os Subprogramas de Resgate e Reintrodução de Germoplasma; de Recuperação de Áreas Degradadas e de Reposição Florestal no âmbito dos Programas de Manejo de Flora e de Reposição Florestal e o Subprograma de Controle de Supressão de Vegetação no âmbito do PCA. Foi solicitada a adoção de critérios ambientais no detalhamento do projeto e de técnicas construtivas especiais visando reduzir a supressão de vegetação nativa.

Impactos à fauna silvestre - segundo o EIA, os potenciais impactos à fauna estão associados à perda e fragmentação de habitats ou alteração da paisagem pela supressão de vegetação, e o efeito barreira pela implantação da adutora aérea. Foram propostas medidas mitigadoras no âmbito do Programa de Estudos e Proteção da Fauna Silvestre, que contempla os Subprogramas de Resgate e Salvamento de Fauna, de Monitoramento da Fauna Silvestre e de Conservação da Fauna Silvestre. Foi solicitado o detalhamento dos subprogramas propostos incluindo medidas mitigadoras adicionais.

Interferências em unidades de conservação e outras áreas protegidas - as Unidades de Conservação - UCs instituídas na região de inserção do empreendimento ou sob sua influência são: Parque Estadual da Serra do Mar – PESM (Núcleo Bertioga); Parque Estadual Restinga de Bertioga – PERB; Área de Proteção Ambiental – APA Estadual Marinha Litoral Centro; Parque Natural Municipal Ilha do rio da Praia; e as Reservas Particulares de Patrimônio Natural – RPPNs Hércules Florence. Além disso, o empreendimento situa-se na Área Natural Tombada - ANT da Serra do Mar e Paranapiacaba, e na Área de Proteção e Recuperação de Mananciais Alto Tietê Cabeceiras (APRM-ATC). Foram emitidas as autorizações dos órgãos gestores das UCs (Fundação Florestal e Prefeitura Municipal de Bertioga), e do órgão gestor na ANT (CONDEPHAAT).

Desapropriação/relocação, instituição de faixas de servidão e ocupação temporária - As áreas previstas para desapropriação e para servidão de uso são as necessárias para instalações da captação, da estrada de acesso à captação, do caminho de serviço da adutora e da estrutura de deságue. Foi proposta a implementação do Programa de Obtenção e Liberação de Áreas. Foi solicitada a apresentação dos cadastros físico e socioeconômico atualizados de todas as propriedades afetadas pelo empreendimento, com a caracterização da população proprietária e não proprietária, além do Decreto de Utilidade Pública – DUP e as imissões na posse e/ou os acordos amigáveis firmados com os proprietários, bem como medidas mitigadoras e compensatórias para os afetados.

Incômodos à população lindeira - Durante as obras poderão ser gerados incômodos à população relativos a modificações temporárias na infraestrutura viária, no tráfego local, geração de ruídos, dispersão de material particulado etc. São previstas medidas para prevenir emissão de ruídos e dispersão de material particulado no âmbito do Subprograma de Controle de Poluição em Áreas de Apoio e Frentes de Trabalho.

Interferências em patrimônio arqueológico, histórico, cultural e natural - Foram realizadas prospecções arqueológicas de sub-superfície, não tendo sido encontrados vestígios arqueológicos. Quanto ao patrimônio cultural, foi identificada na Área de Influência Direta - AID uma Área de Interesse Histórico Arqueológico - AIHA Itapanhaú 01. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN se manifestou favoravelmente à implantação do empreendimento e solicitou a realização de um Programa de Educação Patrimonial.

Mobilização e desmobilização de mão de obra - a implantação do empreendimento requererá cerca de 300 trabalhadores no pico das obras, e 130 em média, durante os 12 meses de obras. Foram propostos os Subprogramas de Mobilização e Desmobilização de Mão de Obra e de Treinamento Ambiental e Código de Conduta dos Colaboradores, no âmbito do PCA.

Interferências na infraestrutura viária, no tráfego e nos transportes - as principais interferências em infraestruturas existentes relacionadas à implantação do empreendimento ocorrerão em estradas e vias municipais, em especial na rodovia SP-098. Será implementado um Subprograma de Tráfego das Obras, no PCA, além de um Plano de Tráfego de Obras a ser aprovado pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER e pelos órgãos municipais responsáveis.

Impacto sobre áreas de concessão de direitos minerários - Foi informada a existência de 02 processos minerários na área de influência do empreendimento, registrados no Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM. Foi proposto um Subprograma de Bloqueio de Áreas para Atividades Minerárias, no âmbito do Programa de Obtenção e Liberação de Áreas. Foi solicitado o detalhamento do referido Subprograma, o cadastro atualizado dos processos minerários nas áreas a serem afetadas, acordos firmados com detentores de direitos minerários e a comprovação da solicitação de bloqueio de áreas junto ao DNPM.

Interferências em recursos hídricos - É prevista a instalação de soleira livre no rio Sertãozinho, e diversas travessias de cursos d'água para as obras de captação, instalação de adutoras e linha de transmissão. Foi solicitado o detalhamento do Subprograma de Controle Ambiental de Obras em Cursos d'Água, atendimento às recomendações dos Comitês das Bacias Hidrográficas da Baixada Santista e do Alto Tietê, e a Outorga de Direito de Uso a ser emitida pelo DAEE.

FASE DE OPERAÇÃO

Impactos nos recursos hídricos e biota aquática - Foi informado que não são previstas alterações na qualidade da água associadas à redução de vazão pela reversão do rio Sertãozinho ou à transferência de água. Em relação à biota aquática, não são esperados riscos ao ecossistema aquático da bacia receptora, e os potenciais impactos associados à redução da vazão a jusante da captação deverão ser mitigados com a implementação de medidas mitigadoras e com a regra operativa proposta. Foi solicitado o detalhamento do Programa de Monitoramento de Qualidade de Água e Biota Aquática a ser implementado durante as fases de implantação e operação do empreendimento.

Interferências em ecossistemas à jusante da captação – As eventuais alterações nos ecossistemas de mangue e restinga decorrentes da redução da vazão, durante a operação do empreendimento, devem ficar restritas a possíveis rearranjos localizados da vegetação existente e da fauna associada. Para mitigar essas eventuais alterações, foi proposta como medida a adoção de regra operativa que reduza os fatores de estresse em caso de condições hidrológicas severas de estiagem, e o bombeamento apenas para a recuperação dos níveis do reservatório Biritiba Mirim. Também foi proposto o monitoramento periódico da salinidade no estuário e da cobertura da vegetação de mangue e restinga, durante a operação do empreendimento, no âmbito do Plano de Monitoramento do Médio e Baixo Itapanhaú, o qual deverá ser detalhado para a próxima fase do licenciamento.

Conflitos de uso da água - A redução de vazão com a operação do empreendimento não deverá afetar os sistemas de abastecimento de Bertioga. Já no trecho do planalto e início da descida da Serra do Mar foram identificadas cachoeiras e corredeiras no rio Sertãozinho, que apresentarão vazões menores durante o período de bombeamento.

Impactos associados à manutenção do sistema - Na fase de operação do sistema são previstos serviços de manutenção de rotina das instalações e obras e serviços de maior porte, sejam de manutenção programada ou em função de problemas emergenciais. Para a fase de operação deverá ser implementado um Plano de Gestão Ambiental da Operação, que deverá contemplar o Programa de Controle dos Impactos da Operação, o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), e o Plano de Ação de Emergências (PAE), propostos.

5. PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Foi proposta a implementação de um Programa de Compensação Ambiental que sugere que os recursos decorrentes da compensação ambiental, da ordem de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), sejam destinados, por grau de prioridade, à gestão das Unidades de Conservação: (i) Parque Estadual da Serra do Mar; (ii) Parque Estadual Restinga de Bertioxa; e (iii) Área de Proteção Ambiental - APA Estadual Marinha. No Relatório de Informações Complementares também foram identificadas o Parque Natural Municipal Ilha do Rio da Praia e as RPPNs Hércules Florence.

Caberá à Câmara de Compensação Ambiental da SMA definir a destinação e a forma de pagamento dos recursos da compensação previstos na Lei Federal 9985/00, sendo a apresentação do comprovante de pagamento pelo empreendedor condicionante à emissão da Licença Ambiental de Instalação - LI. Para a Licença Ambiental de Operação - LO deverá ser apresentado relatório contábil, comprovando o montante efetivamente despendido na implantação do empreendimento, visando a realização de ajustes no valor destinado à compensação ambiental, caso necessário.

6. CONCLUSÃO

Considerando o exposto e as manifestações favoráveis dos órgãos intervenientes, entende-se que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que implementadas as medidas propostas no EIA e atendidas as exigências definidas no Parecer Técnico nº 324/16/IE. Nestes termos, a equipe técnica da CETESB submete ao CONSEMA para apreciação e deliberação sobre a concessão da Licença Ambiental Prévia – LP para as Obras de Aproveitamento da Bacia do Rio Itapanhaú para Abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo - RMSP, de responsabilidade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP.

São Paulo, 11 de julho de 2016.

ORIGINAL DEVIDAMENTE ASSINADO

CARLOS ROBERTO DOS SANTOS
Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental
Diretor em exercício